

Guia Informativo



Governo Aberto e Controle Social em Obras Públicas

Governo do Estado de Goiás
Secretaria de Estado de Infraestrutura de Goiás - SEINFRA
Subsecretaria de Controle Interno e Compliance

GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
Ronaldo Caiado

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA
Adib Elias Júnior

SECRETÁRIO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
Marcos Tadeu de Andrade

SUBSECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO E COMPLIANCE
Cláudio Casalini Martins Correia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO
Stella Maris Husni Franco

GERÊNCIA DE AUDITORIA INTERNA
Renato Simão Bernardes

SUPERINTENDENTE DE GOVERNO ABERTO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
Julio Cesar Camargo

ASSESSORA
Rainara Nascimento de Medeiros

GERENTE DE GOVERNO ABERTO
Juliana de Paula Resende

GERÊNCIA DE OUVIDORIA SETORIAL
Danilo Borges Garcia Carvalho

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS DO PCJ	2
3. QUEM SÃO OS PARCEIROS DO PCJ	4
4. O QUE É O PCJ	5
5. QUAL A METODOLOGIA ADOTADA	5
6. A PROPOSTA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	5
7. COMO AS IES PODERÃO PARTICIPAR	6
7.1. Quais as Responsabilidades da IES	6
7.2. Quais os Benefícios para as Instituições Parceiras	7
7.3. Quais as Responsabilidades da SEINFRA/GO no âmbito do PCJ	9
7.3.1. Quais os Benefícios do PCJ	10
7.3.1.1. Para o Cidadão	10
7.3.1.2. Para o Estado	10
7.3.1.3. Para a IES	11
7.4. Como será a Capacitações no PCJ	11
7.5. Estrutura dos Módulos de Treinamento	12
7.6. Avaliação Final	13
7.7. Qual o alcance da capacitação	13
8. O PORTAL DO PCJ E O INÍCIO DAS ATIVIDADES	13
8.1. A Gamificação para realização de missões	14
8.1.1. O que é Gamificação	14
8.1.2. O que são as missões	14
9. QUAL O ALCANCE E O IMPACTO DO PCJ	15
9.1. Para o Cidadão	15
9.2. Para o Estado	16
9.3 Impacto Sistêmico	17
10. COMO SERÁ A PREMIAÇÃO	17
10.1. Critérios para pontuação da Premiação	17
10.2. Como e quando acontecerá a cerimônia de premiação	19

SUMÁRIO

11. QUAIS OS RESULTADOS ESPERADOS	20
11.1. Para os cidadãos e estudantes	21
11.2. Para o Estado de Goiás	21
11.3. Para as instituições de ensino	21
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

1. INTRODUÇÃO

O presente material tem por objetivo apresentar, de forma breve e informativa, as iniciativas da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA) voltadas à **participação cidadã na fiscalização e no acompanhamento das obras públicas**. A proposta é fortalecer o controle social, promover o senso de pertencimento e estimular o engajamento dos cidadãos em práticas de **auditoria cívica, educação fiscal e monitoramento da gestão pública**, assegurando maior transparência e integridade nos contratos e investimentos realizados pelo Estado.

Nesse contexto, destaca-se o **Projeto Construindo Juntos (PCJ)**, instituído oficialmente pela Portaria nº 208/2025, de 4 de junho de 2025. Trata-se de uma iniciativa inovadora da SEINFRA/GO, que busca ampliar e consolidar a participação da sociedade civil, da comunidade acadêmica e do governo na fiscalização das políticas públicas de infraestrutura.

O PCJ **estabelece parceria com universidades e instituições de ensino superior**, possibilitando que estudantes vivenciem, na prática, o acompanhamento de obras públicas. Por meio de atividades estruturadas, como auditorias cívicas, visitas técnicas e ações de educação fiscal, os participantes desenvolvem competências técnicas, sociais e éticas, além de uma compreensão aprofundada sobre a aplicação dos recursos públicos e sobre a importância da integridade na gestão de contratos.

Mais do que um espaço de aprendizagem, o PCJ propõe transformar a fiscalização de obras públicas em uma **experiência educacional, cívica e transformadora**, que reforça

01

a cultura da transparência, da responsabilidade social e da integridade pública. Com isso, consolida-se um marco relevante na construção de uma infraestrutura mais eficiente, participativa e ética, alinhada ao compromisso do Governo de Goiás com a formação cidadã, a inovação tecnológica e a cultura anticorrupção.

Este material se destina ao **público interno da SEINFRA/GO, aos parceiros institucionais, aos conveniados e a todos aqueles que desejam se engajar** nesta iniciativa, contribuindo para uma gestão pública mais aberta, colaborativa e responsável.

2. OBJETIVOS DO PCJ

O Projeto Construindo Juntos (PCJ) tem como principais objetivos promover a transparência e a prestação de contas nas obras públicas realizadas pelo Governo de Goiás, mobilizando estudantes e sociedade civil para participar ativamente do controle social e do monitoramento das obras

. A iniciativa busca aprimorar e educar o cidadão sobre o acesso a informações, fomentar a fiscalização colaborativa por meio de métodos diversificados, como registros fotográficos, documentos e inspeções in loco, e desenvolver cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Além disso, o projeto visa fortalecer a relação entre o cidadão e sua comunidade, contribuindo para a formação de profissionais capacitados e engajados na melhoria da infraestrutura pública e na construção de um governo mais aberto e participativo. Para tanto, serão considerados os seguintes pilares:

02

- 1 Ampliar o controle social e a participação cidadã** na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de infraestrutura, fortalecendo o engajamento da sociedade no acompanhamento das ações governamentais.
- 2 Disseminar a transparência pública** e consolidar uma **cultura de integridade e prevenção à corrupção**, assegurando o acesso à informação e a credibilidade da gestão estatal perante os cidadãos.
- 3 Aprimorar os mecanismos de fiscalização e monitoramento** de contratos, obras e serviços públicos, garantindo maior efetividade na execução, cumprimento das normas e proteção do patrimônio público.
- 4 Promover o senso de pertencimento, responsabilidade e cidadania ativa**, estimulando a valorização da participação social e a preservação dos investimentos realizados em prol da coletividade.
- 5 Incentivar valores éticos fundamentais**, tais como altruísmo, integridade, responsabilidade e compromisso com a coisa pública, fortalecendo a formação de cidadãos conscientes e engajados.
- 6 Contribuir para o aprimoramento da gestão pública**, elevando os padrões de eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos, de modo a assegurar resultados sustentáveis e de interesse coletivo.

03

3. QUEM SÃO OS PARCEIROS DO PCJ

O projeto conta com a seguinte parceiros institucionais:

- **Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE/GO)** - como órgão central de controle interno, governança, compliance, ouvidoria e transparência institucional.
- **Universidade Estadual do Goiás (UEG)** - como coordenadora pedagógica na criação das missões e das visitas técnicas.
- **Organização das Voluntárias do Goiás (OVG)** - como agente de transformação social por meio do Programa Universitário do Bem (ProBem) para manutenção das bolsas de estudos concedidas aos estudantes que residem no Estado de Goiás.
- **Agência Goiana de Habitação (AGEHAB)** - que provem o PCJ com identificação e acompanhamento de obras no âmbito de sua missão para os participantes nas visitas técnicas presenciais.
- **Agência Goiana de Infraestrutura e Transporte (GOINFRA)** - contribui com a identificação e acompanhamento de obras no âmbito de sua missão, para os participantes nas visitas técnicas presenciais.

Além dos parceiros institucionais, a SEINFRA/GO também mantém parceira com as seguintes instituições até o momento por meio de Acordo de Cooperação:

- Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica)
- Centro Universitário Evangélico de Goianésia (UNIEGO)
- Instituto Pós-Gradual & Graduação (IPOG)
- Universidade Federal de Jataí (UFJ)
- Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA)
- Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS)
- Instituto Federal de Goiás (IFG)

04

4. O QUE É O PCJ

O Construindo Juntos é uma iniciativa da Secretaria de Estado da Infraestrutura de Goiás (SEINFRA), instituída pela Portaria nº 208/2025, que busca ampliar a participação cidadã no monitoramento e fiscalização das políticas públicas de infraestrutura. O PCJ envolve sociedade civil, comunidade acadêmica e governo, com foco na transparência, auditoria cívica, educação fiscal, responsabilidade social e integridade pública.

5. QUAL A METODOLOGIA ADOTADA

O PCJ utiliza a metodologia de auditoria cívica, associada à educação fiscal e à fiscalização de contratos, aplicando práticas inovadoras de auditorias virtuais, visitas técnicas e atividades extensionistas em parceria com Instituições de Ensino Superior. Os relatórios produzidos são encaminhados para subsidiar ações de controle interno, governança e compliance público.

6. A PROPOSTA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A proposta é transformar a fiscalização de obras públicas em uma experiência educacional, cívica e transformadora, na qual os estudantes e sociedade civil assumem o papel de protagonistas, desenvolvendo competências técnicas, sociais e éticas. Ao mesmo tempo, fortalece a cultura do controle social, do pertencimento, da preservação do patrimônio público e da cultura anticorrupção.

05

7. COMO AS IES PODERÃO PARTICIPAR

O PCJ é implementado em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, além de escolas técnicas com cursos relacionados à infraestrutura e políticas públicas aberto para amplitude de áreas acadêmicas. A formalização ocorre por meio de Termo de Cooperação Técnica, contendo diretrizes, critérios e parâmetros para operacionalização Portaria 208/2025, de 04 de junho de 2025, com as seguintes fases:

- Celebração do Termo de Cooperação Técnica com a SEINFRA/GO.
- Divulgação de edital interno de inscrição dos discentes.
- Apoio e acompanhe as ações dos estudantes.

7.1. QUAIS AS RESPONSABILIDADES DA IES

No âmbito do PCJ, caberá às Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras assumir as seguintes responsabilidades:

- 1 Divulgação e mobilização estudantil** - Promover e apoiar a ampla divulgação do PCJ no ambiente acadêmico, incentivando a participação dos estudantes nas atividades propostas.
- 2 Acompanhamento pedagógico** - Designar docentes orientadores responsáveis pelo acompanhamento técnico e acadêmico dos discentes participantes, assegurando a qualidade da experiência formativa.

3 Certificação da carga horária de extensão - Proceder à certificação da participação dos estudantes no PCJ como atividades de extensão universitária, contabilizando a carga horária (CCE) correspondente.

4 Integração universidade-gestão pública - Estimular ações que fortaleçam o vínculo entre a instituição acadêmica e a administração pública, promovendo a cooperação mútua e a troca de conhecimentos.

5 Fomento à formação cidadã - Contribuir para a consolidação de valores de cidadania, ética e responsabilidade social na formação dos discentes, alinhando o ensino à prática do controle social e da transparência pública.

7.2. QUAIS OS BENEFÍCIOS PARA AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

A participação no PCJ proporciona uma série de benefícios estratégicos, acadêmicos e institucionais, fortalecendo a relação entre governo, sociedade civil e comunidade acadêmica. Dentre os principais ganhos, destacam-se:

1 Fortalecimento Institucional - Ampliação do reconhecimento público das instituições parceiras como agentes ativos na promoção da transparência, da ética e da integridade na gestão pública.

2 Integração Universidade-Governo-Sociedade - Consolidação de uma rede colaborativa entre órgãos públicos, instituições de ensino superior e a sociedade civil, favorecendo a troca de experiências e o aprendizado conjunto.

- 3 Formação Cidadã e Profissional** – Oportunidade de contribuir para a formação de estudantes como cidadãos engajados e profissionais mais qualificados, com competências práticas em auditoria cívica, fiscalização de obras e controle social.
- 4 Inovação e Produção de Conhecimento** – Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento de soluções inovadoras e à aplicação prática de metodologias que podem ser incorporadas às rotinas de gestão pública e acadêmica.
- 5 Responsabilidade Social e Visibilidade** – Reforço do papel das instituições na promoção do bem comum, ao mesmo tempo em que ampliam sua visibilidade positiva junto à sociedade por meio de ações de responsabilidade social e de cooperação institucional.
- 6 Aprimoramento da Gestão Pública** – Contribuição direta para o monitoramento e avaliação das políticas de infraestrutura, possibilitando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e resultados mais efetivos para a população.
- 7 Integração efetiva entre universidade, sociedade e governo**, promovendo o intercâmbio de experiências e o fortalecimento da cooperação interinstitucional.
- 8 Fortalecimento da formação cidadã dos discentes**, proporcionando vivências práticas em auditoria cívica, fiscalização e participação social.
- 9 Reconhecimento público da instituição** como parceira estratégica em inovação, transparência e integridade, com **participação em uma rede estadual de controle social** que reforça sua credibilidade e relevância no cenário público.

7.3. QUAIS AS RESPONSABILIDADES DA SEINFRA/GO NO ÂMBITO DO PCJ

- 1 Coordenação e acompanhamento do PCJ** - Realizar a coordenação geral e o acompanhamento da execução do projeto, por meio da Subsecretaria de Controle Interno e Compliance (SUCIC) e da Gerência de Governo Aberto (SGAPC/GEGA), garantindo a efetividade das ações planejadas.
- 2 Capacitação e suporte técnico** - Oferecer capacitações, orientações técnicas e disponibilizar sistemas digitais de apoio, assegurando o adequado desenvolvimento das atividades e o alinhamento às diretrizes do programa.
- 3 Apoio à seleção de estudantes** - Orientar as Instituições de Ensino Superior (IES) na definição de critérios e procedimentos para a seleção dos discentes participantes.
- 4 Monitoramento e avaliação** - Emitir relatórios periódicos sobre os achados resultantes das auditorias cívicas, consolidando informações que subsidiem a tomada de decisão e a melhoria da gestão pública.
- 5 Reconhecimento e valorização** - Promover ações de certificação e premiação, reconhecendo o desempenho de estudantes, instituições e parceiros engajados no fortalecimento da integridade e da participação cidadã.

09

7.3.1. QUAIS OS BENEFÍCIOS DO PCJ

7.3.1.1. PARA O CIDADÃO

- **Fortalecer a participação social** - Estimular o engajamento cidadão no acompanhamento das obras e serviços públicos, promovendo o controle social como prática permanente.
- **Promover a inclusão e a equidade** - Garantir a participação plural e democrática de estudantes e cidadãos, assegurando oportunidades de envolvimento para diferentes perfis sociais, regiões e instituições.
- **Incentivar o senso de pertencimento e corresponsabilidade** - Aproximar a sociedade da gestão pública, reforçando a preservação do patrimônio coletivo e a cultura do zelo com a coisa pública.
- **Desenvolver capacidades cívicas e formativas** - Contribuir para a formação cidadã dos estudantes e participantes, com competências técnicas, sociais e éticas voltadas ao exercício da cidadania ativa

7.3.1.2. PARA O ESTADO

- **Subsidiar as tomadas de decisão** - Fornecer informações qualificadas por meio das auditorias cívicas e relatórios de campo, apoiando o aperfeiçoamento das políticas públicas.
- **Aumentar a confiança e a legitimidade das políticas públicas** - Reforçar a credibilidade institucional e a transparência do Governo de Goiás.
- **Melhorar a eficiência e a eficácia da gestão pública** - Otimizar a aplicação dos recursos públicos, reduzindo riscos de falhas, desperdícios e irregularidades.

- **Aumentar a transparéncia pública** - Ampliar o acesso às informações sobre contratos, obras e investimentos, garantindo visibilidade e clareza para a sociedade.
- **Melhorar a eficiência e a eficácia da gestão pública** - Ampliar a efetividade das políticas e otimizar a utilização dos recursos públicos, reduzindo riscos de falhas, desperdícios e irregularidades.
- **Fortalecer a democracia e a governança pública** - Consolidar mecanismos de participação que reforçam os valores democráticos, a ética e a transparéncia.

7.3.1.2. PARA A IES

- **Fortalecer a integração universidade-sociedade-governo** - Estimular a cooperação interinstitucional e a troca de experiências.
- **Fortalecer a formação cidadã dos discentes** - Proporcionar vivências práticas em auditoria cívica, controle social e monitoramento de obras públicas.
- **Reconhecimento público da instituição** - Valorizar as IES como parceiras estratégicas em inovação, integridade e transparéncia.

7.4. COMO SERÃO AS CAPACITAÇÕES NO PCJ

Com o objetivo de assegurar a qualidade da participação acadêmica e social no PCJ, será disponibilizada uma plataforma digital de capacitação, acessível aos estudantes e equipes envolvidas. A formação é obrigatória e composta por seis módulos sequenciais, além de uma avaliação final.

7.5. ESTRUTURA DOS MÓDULOS DE TREINAMENTO

- 1 Módulo I - Conhecendo o Projeto:** Apresentação dos fundamentos, objetivos e diretrizes do Construindo Juntos, incluindo o marco legal (Portaria nº 208/2025) e o papel da SEINFRA, das IES parceiras e da sociedade civil.
- 2 Módulo II - Democracia e Participação:** Estudo sobre cidadania, democracia participativa e controle social, ressaltando o engajamento da sociedade na gestão pública e a importância do protagonismo estudantil.
- 3 Módulo III - Obra:** Infraestrutura e Gestão Pública: Introdução aos conceitos básicos relacionados às obras públicas: planejamento, execução, fiscalização, contratos e principais riscos associados à infraestrutura.
- 4 Módulo IV - Conhecendo o Sistema:** Missões e Achados de Auditoria: Capacitação prática para o uso da plataforma digital, abordando registro de missões, lançamento de achados, acompanhamento de atividades e critérios de validação.
- 5 Módulo V - Mapas de Obras:** Orientação para leitura, interpretação e utilização dos mapas de obras disponibilizados pelo sistema, possibilitando melhor acompanhamento, monitoramento geográfico e transparência das informações.
- 6 Módulo VI - O Papel do Fiscal e do Auditor Cívico:** Formação específica sobre as atribuições, responsabilidades e limites de atuação do fiscal institucional e do auditor cívico, reforçando princípios de ética, integridade e responsabilidade social.

7.6. AVALIAÇÃO FINAL

Após a conclusão dos 6 (seis) módulos, o estudante deverá realizar uma **avaliação final online**, contemplando conteúdos teóricos e práticos. A aprovação será condição para a emissão do certificado e para a habilitação nas atividades de campo do projeto.

7.7. QUAL O ALCANCE DA CAPACITAÇÃO

- Formação de estudantes e equipes capacitadas para exercer, de forma ética e técnica, o papel de auditores cívicos.
- Integração entre conhecimento acadêmico e prática social no acompanhamento de obras públicas.
- Consolidação de uma rede colaborativa entre universidade, governo e sociedade, em prol da transparência, integridade e eficiência da gestão pública.

8. O PORTAL DO PCJ E O INÍCIO DAS ATIVIDADES

O Portal do PCJ é a plataforma oficial onde estarão disponíveis as missões, instrumentos, orientações e materiais de capacitação. Cada professor e estudantes terá um acesso exclusivo para acompanhar e realização das missões em formato gamificado. No portal também serão feitos os registros de fotos, vídeos e demais documentos. A utilização frequente da ferramenta é fundamental para o bom andamento do projeto, garantindo a orientação pedagógica e a qualidade das experiências de aprendizagem.

8.1. A GAMIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE MISSÕES

8.1.1. O QUE É GAMIFICAÇÃO

Gamificação é a aplicação de elementos e mecânicas de jogos em contextos que não são necessariamente relacionados a jogos, no nosso caso serão a realização de missões voltadas à realidade das obras públicas no Estado. Isso é feito para engajar os estudantes, motivá-los e incentivar determinados comportamentos, no caso do Projeto será: Ampliar o controle social e a participação cidadã; Disseminar a transparência pública; Aprimorar os mecanismos de fiscalização e monitoramento; Promover o senso de pertencimento; incentivar valores éticos fundamentais e Contribuir para o aprimoramento da gestão pública.

Pode envolver o uso de recompensas, pontos, rankings, desafios, narrativas e outras técnicas típicas de jogos para tornar as atividades do mundo real mais atrativas e divertidas.

Essa estratégia é comumente utilizada em ambientes educacionais, de trabalho, marketing, e em diversas outras áreas para aumentar o envolvimento das pessoas e melhorar a produtividade, aprendizado, adesão a hábitos, entre outros objetivos.

8.1.2. O QUE SÃO AS MISSÕES

As missões, realizados dentro de um sistema informatizado tem o objetivo de reforçar a importância de exercermos a cidadania partindo do individual para o coletivo, pois nossos atos - sendo bons ou ruins, têm impacto na sociedade. As situações propostas levaram à reflexão sobre os problemas da comunidade, descobrir suas causas, analisar situações e propor soluções para averiguação para que não se repitam.

As missões consistem na realização de tarefas relacionadas às obras em andamento no estado, com a inclusão de fotos, vídeos e documentos no portal do PCJ, que contarão pontos para a premiação.

O Estado de Goiás mantém um portal denominado Painel de Obras, cujo link é:

<https://app.powerbi.com/viewr=eyJrljoiYzhIMWZkMGQtMmVIZiO0YjkxLWFiZDUtZDgyOWY0NzY2MzA4IiwidCI6IjY3ZmQ0MzFjLWIyYWQtNDg2Ny04MWJjLWQ3NTYyMjBiNTZkNCJ9>

Nesse painel os estudantes poderão selecionar as obras públicas para realização das missões, utilizando o Mapa de Obras disponibilizado no Portal, onde consta as principais informações sobre cada obra.

9. QUAL O ALCANCE E O IMPACTO DO PCJ

O PCJ possui potencial de impacto significativo tanto para o cidadão quanto para o Estado de Goiás, ao fortalecer a cultura da participação social, da transparência e da integridade pública.

9.1. PARA O CIDADÃO

- **Empoderamento e protagonismo** - O cidadão passa a exercer de forma mais ativa o controle social, participando diretamente do acompanhamento e fiscalização das obras públicas.
- Formação cidadã e educacional - Estudantes e participantes desenvolvem competências técnicas, sociais e éticas, adquirindo conhecimento sobre gestão pública, auditoria cívica e educação fiscal.

- **Senso de pertencimento** - A população se aproxima do processo de gestão dos recursos públicos, reconhecendo seu papel na preservação do patrimônio coletivo.
- **Cultura de integridade** - O projeto contribui para a disseminação de valores como ética, responsabilidade e compromisso com a coisa pública, promovendo uma sociedade mais vigilante e participativa.

9.2. PARA O ESTADO

- **Gestão mais transparente e eficiente** - O acompanhamento social reforça a legitimidade das ações governamentais, reduzindo riscos de falhas, desperdícios e irregularidades.
- **Aprimoramento do controle interno** - As informações oriundas das auditorias cívicas e relatórios de campo fortalecem os mecanismos de monitoramento e avaliação da administração pública.
- **Inovação e modernização** - A utilização de metodologias participativas e de plataformas digitais promove inovação na forma de fiscalizar e gerir políticas públicas de infraestrutura.
- **Maior credibilidade institucional** - O Estado se consolida como referência em práticas de integridade, governança e participação cidadã, fortalecendo sua imagem perante a sociedade e parceiros institucionais.

9.3 IMPACTO SISTÊMICO

Ao integrar universidades, governo e sociedade civil, o Construindo Juntos amplia a efetividade das políticas públicas, promove a corresponsabilidade na aplicação dos recursos e consolida um modelo de governança colaborativa que pode ser replicado em outras áreas da administração pública.

10. COMO SERÁ A PREMIAÇÃO

A SEINFRA concederá premiação aos participantes que apresentarem maior destaque no Projeto Construindo Juntos, considerando os critérios de desempenho estabelecidos, incluindo a efetividade, qualidade técnica e comprometimento demonstrados durante a execução das missões.

Os estudantes que obtiverem os melhores resultados serão reconhecidos e contemplados com prêmios variados, inclusive em dinheiro, cujas regras e quantidades serão definidas e divulgadas pela organização do Projeto, não se restringindo a um único formato de recompensa.

A seleção dos premiados será realizada com base no resultado final de pontuação, conforme critérios previstos neste regulamento.

10.1. CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO DA PREMIAÇÃO

O **PROJETO CONSTRUINDO JUNTOS** é uma iniciativa de premiação idealizada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Goiás (**SEINFRA/GO**) por meio da Subsecretaria de Controle Interno e Compliance (**SUCIC/SEINFRA/GO**), em parceria com a **Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE/GO)**, com a **Organização das Voluntárias do Goiás (OVG)** e a **Universidade Estadual do Goiás (UEG)**, que atuará como coordenadora pedagógica.

Será concedida a **cada edição**, sendo **duas (02) por ano**, uma premiação aos melhores participantes do projeto, com o objetivo de **reconhecer e valorizar o compromisso e a excelência** dos participantes, incentivando e destacando seu **engajamento**, além de reconhecer a instituição de ensino parceira como **destaque na promoção da cidadania**.

Essas ações ressaltam o **esforço conjunto** do Estado e das instituições de ensino em promover a **formação de futuros profissionais**, ampliando o **senso de pertencimento da coisa pública** e o **acompanhamento dos gastos públicos** na aplicação de recursos. O projeto também reforça a atenção aos resultados obtidos e à **transparência pública**, representando um **reconhecimento significativo** do compromisso com a cidadania, que celebra o esforço e a excelência dos estudantes do Estado de Goiás.

Cód.	Indicador	Critério Objetivo (como medir)	Regras de Pontuação	Peso (%)	Justificativa Técnica	Categoria
CI.1	Avaliar o Aproveitamento na Capacitação	Realizou a capacitação do PCJ	≥ 7,0 Aprovado < 7,0 Eliminado	10%	A capacitação é etapa essencial para assegurar a compreensão dos princípios do Projeto Construindo Juntos e das boas práticas de gestão de riscos e transparência. Aproveitamento mínimo de 7,0 demonstra domínio dos conteúdos relativos à ética pública, controle social e fiscalização de obras, garantindo que o participante esteja tecnicamente apto para executar as missões com responsabilidade e alinhamento institucional.	Eliminatória
CI.2	Mensurar a Assiduidade Digital	Participação nas ações digitais obrigatórias (oficinas, desafios ou interações on-line).	• 4 ações = 10 pts • 3 = 8 pts • 2 = 6 pts • 1 = 4 pts • 0 = 0 pt	10%	A participação ativa nas ações digitais, e atividade colaborativas reforça o compromisso do participante com a cultura da integridade e com o princípio da transparência ativa previsto no projeto Construindo Juntos. Essa interação contínua amplia o aprendizado coletivo, fomenta o engajamento social e fortalece a governança colaborativa entre estudantes, gestores públicos e instituições parceiras.	Classificatória
CI.3	Verificar o Planejamento das Missões Selecionadas	Cada participante deve selecionar no mínimo 40 missões.	• 40 = 10 pts • 35-39 = 8 pts • 30-34 = 6 pts • <30 = 0 pt	5%	A definição do número mínimo de missões constitui etapa estratégica de planejamento e gestão de riscos do projeto. Essa quantidade assegura a representatividade estatística das obras monitoradas e contribui para a efetividade do controle social. O planejamento prévio de 40 missões fortalece a organização das equipes, optimiza recursos e assegura que os achados refletem de forma fidedigna o desempenho das obras públicas acompanhadas.	Classificatória
CI.4	Avaliar a Execução das Missões Realizadas	Total de missões efetivamente concluídas pelo participante em relação ao total selecionado.	• ≥ 90% concluídas = 10 pts • 70-89% = 7 pts • 50-69% = 5 pts • <50% = 0 pt	15%	A realização efetiva das missões(%) representa o comprometimento do participante com os resultados do projeto e com a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. A conclusão das missões demonstra responsabilidade, entrega de valor público e contribuição direta para o alcance dos objetivos institucionais do Construindo Juntos.	Classificatória
CI.5	Mensurar a Quantidade de Achados de Auditoria	Número de achados válidos identificados nas missões (com evidência).	• ≥ 5 achados = 10 pts • 3-4 = 7 pts • 1-2 = 5 pts • 0 = 0 pt	15%	A identificação de achados de auditoria constitui o principal produto técnico do projeto, pois traduz a observação crítica e a capacidade analítica dos participantes. Os achados fortalecem os a Transparência e Responsabilização, oferecendo subsídios concretos para a melhoria dos processos de execução de obras públicas.	Classificatória
CI.6	Avaliar a Qualidade dos Achados de Auditoria	Cada achado é avaliado quanto a 4 itens: descrição, evidência, causa e recomendação.	• 4 itens = 10 pts • 3 = 7 pts • 2 = 5 pts • ≤1 = 0 pt	15%	A qualidade dos achados é medida pela relevância, consistência e impacto das observações realizadas, sendo fundamental para assegurar a confiabilidade das análises e a credibilidade do projeto. Esse critério reflete o grau de maturidade técnica dos participantes e a aderência às boas práticas de auditoria e gestão de riscos.	Classificatória

Cód.	Indicador	Critério Objetivo (como medir)	Regras de Pontuação	Peso (%)	Justificativa Técnica	Categoría
Cl.7	Verificar as Evidências Anexadas às Missões	Quantidade média de fotos, vídeos ou documentos por missão.	* ≥ 3 por missão = 10 pts • 2 = 7 pts • 1 = 5 pts • 0 = 0 pt	10%	As evidências anexadas garantem rastreabilidade e transparência. Valorizando a comprovação objetiva das ações. Esse critério reforça o princípio da transparência ativa e o dever de prestação de contas que orienta a administração pública.	Classificatória
Cl.8	Mensurar a Participação em Visitas Técnicas	Participação comprovada em atividades presenciais de campo.	* ≥ 3 visitas = 10 pts • 2 = 7 pts • 1 = 5 pts • 0 = 0 pt	5%	A presença em eventos e atividades presenciais demonstra o engajamento do participante com os objetivos institucionais do projeto e contribui para o fortalecimento das competências colaborativas. Essas interações promovem a troca de experiências, a formação cidadã e o fortalecimento da governança participativa entre universidades, sociedade e Estado. O envolvimento presencial reflete o compromisso ético e técnico com a missão do Construindo Juntos.	Classificatória
Cl.9	Verificar a Entrega do Relatório Final	Entrega dentro do prazo e formato padrão (capa, introdução, achados e anexos).	* Entregue no prazo = 10 pts • Atraso ≤3 dias = 7 pts • Atraso >3 dias = 0 pt	5%	O cumprimento dos prazos evidencia a capacidade de planejamento, disciplina e gestão eficiente do participante, refletindo a maturidade organizacional necessária para a execução de projetos públicos. Esse critério está alinhado aos princípios de eficiência e responsabilidade administrativa. O respeito aos prazos assegura previsibilidade, credibilidade e entrega tempestiva dos resultados.	Classificatória
Cl.10	Avaliar o Engajamento Segundo a Segundo a	Nota de engajamento (0-10) com base em participação e cooperação.	Nota atribuída × 1,0	5%	Permite mensurar aspectos de comportamento e colaboração. A nota é atribuída pela coordenação do curso sobre engajamento e colaboração dos alunos.	Classificatória
Cl.11	Avaliar o Impacto e Protagonismo Social Segundo a Coordenação do PCJ	Nota global (0-10) atribuída pela coordenação geral.	Nota atribuída × 1,0	5%	A avaliação realizada pela coordenação geral(SEINFRA) busca mensurar o impacto e o protagonismo social alcançados pelo participante ao longo do projeto. Esse critério considera a capacidade do participante em transformar conhecimento técnico em resultados concretos para a sociedade, demonstrando engajamento, ética, inovação e colaboração. A nota reflete o grau de alinhamento aos pilares do Projeto Construindo Juntos, Ética, Transparência, Responsabilização e à entrega de valor público.	Classificatória
—	—	—	Soma ponderada (Peso ×	100%		

Observação: O indicador Cl.5 mensura a quantidade de achados válidos identificados nas missões, enquanto o Cl.6 avalia a qualidade técnica desses achados com base nos critérios de descrição, evidência, causa e recomendação. Assim, Cl.5 reflete a abrangência das observações e Cl.6 a profundidade e consistência das análises apresentadas.

Os estudantes que atingirem a melhor classificação dentro dos critérios de avaliação receberão **prêmios em pecúnia, conforme descrito no item anterior.**

10.2. COMO E QUANDO ACONTECERÁ A CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

O resultado da classificação para efeito de premiação será divulgado ao final das edições, logo após a coordenação realizar o julgamento com base nos critérios de avaliação descritos na tabela abaixo. O resultado da premiação será guardado sob sigilo até a divulgação dos finalistas, que ocorrerá em um evento de premiação com data a ser definida pela coordenação.

11. QUAIS OS RESULTADOS ESPERADOS

O PCJ representa um marco para o Estado de Goiás ao unir governo, universidades e sociedade civil em torno de um propósito comum: construir uma gestão pública mais transparente, participativa e íntegra.

Ao transformar a fiscalização de obras públicas em uma experiência educativa, cívica e colaborativa, o projeto fortalece a cultura democrática, promove a confiança nas instituições e consolida valores de ética e responsabilidade social.

Mais do que uma política de governo, trata-se de uma política de Estado, que ultrapassa mandatos e garante benefícios duradouros para a população, ao mesmo tempo em que inspira novas práticas de governança pública.

Assim, o Construindo Juntos não apenas melhora a qualidade da infraestrutura e da gestão dos recursos, mas também forma cidadãos mais conscientes e instituições mais fortes, deixando como legado uma sociedade mais justa, participativa e comprometida com o bem comum.

Os achados de Auditoria são como as notas que você recebe nas provas. São os resultados detalhados encontrados pela equipe de auditoria. Eles mostram o que está funcionando bem e o que não está, como falta de manutenção, gastos desnecessários, erros nos registros financeiros, ausência do cumprimento de normas, etc.

O **PCJ** busca gerar resultados concretos e transformadores para a sociedade goiana, para o Estado e para as instituições parceiras. Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

11.1. PARA OS CIDADÃOS E ESTUDANTES:

- Formação de jovens protagonistas, conscientes de seus direitos e deveres, preparados para atuar como auditores cívicos e agentes de transformação social.
- Desenvolvimento de competências práticas e valores éticos, fortalecendo a cultura da cidadania ativa e da corresponsabilidade na gestão pública.

11.2. PARA O ESTADO DE GOIÁS:

- Ampliação da transparência e da legitimidade das políticas públicas de infraestrutura.
- Produção de relatórios e achados que subsidiem a tomada de decisão da gestão, prevenindo falhas e fortalecendo o controle interno.
- Melhoria na eficiência da aplicação dos recursos e maior efetividade na execução de obras e contratos.

11.3. PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO:

- Consolidação de uma rede de cooperação com o governo e a sociedade.
- Reconhecimento como agentes estratégicos na promoção da integridade pública, da transparência e da inovação acadêmica.
- Ampliação da formação cidadã dos discentes, conectando teoria e prática em benefício da coletividade.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PCJ teve o início em 2024, com a realização em 02 (duas) edições anuais, cuja iniciativa inovadora da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA/GO) do Governo de Goiás, está voltada para a formação cidadã de estudantes de graduação superior, principalmente daqueles que cursam engenharia, arquitetura, urbanismo e afins, também poderão participar do projeto os estudantes de qualquer curso de graduação, para ampliar os conhecimentos específicos do curso em situação das obras públicas em andamento.

O PCJ tem o foco na educação como princípio básico de transformação de uma sociedade, que traz um relato sobre a experiência adquirida para uma sociedade instruída é fortalecida. O conhecimento muda o potencial de atuação de uma nação, porque esta sabe defender seus direitos e está ciente de suas obrigações.

O objetivo principal do PCJ é levar conhecimento aos estudantes acerca de temáticas importantes para a cidadania, tais como: transparência, educação fiscal, controle social e o sente de pertencimento sobre as ações e gastos da administração pública. De forma gamificada e dentro do contexto dos estudantes, conteúdos complexos serão transmitidos para que facilitassem a assimilação dos envolvidos, munindo-os com informações suficientes para a realização de uma auditoria cívica dentro de um projeto de intervenção. Essas ações propiciaram uma transformação na mente dos estudantes e poderão ver na prática o que é ser um cidadão atuante, capaz de mudar realidades com suas atitudes.

